

## **"WAR IS A RACKET!" A EMERGÊNCIA DO DISCURSO LIBERTÁRIO SOBRE A 1ª GUERRA MUNDIAL NOS ESTADOS UNIDOS**

**Alexandre M. da Fonseca**

[alexandremarquesfonseca@gmail.com](mailto:alexandremarquesfonseca@gmail.com)

Licenciado em Línguas e Relações Internacionais pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Completou o 1º ano do Mestrado em Línguas Aplicadas ao Comércio Internacional na Universidade de Rouen e o 2º ano de Mestrado em História do Pensamento Político na ENS de Lyon. É doutorando no programa Democracia no século XXI do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra (Portugal).

### **Resumo**

"Não é por coincidência que o século da guerra total coincidiu com o século dos bancos centrais", escreve Ron Paul, candidato libertário "sensação" à presidência dos EUA em 2008 e 2012, no seu livro *End the FED*. Explorando brevemente o curto, mas poderoso panfleto do Major General Smedley Butler, "War Is A Racket", onde este oficial demonstra especificamente quem lucrou economicamente e quem, por sua vez, arcou com o peso e a violência da 1ª Guerra Mundial, assumiremos que uma guerra nunca é travada com a aquiescência da população. No entanto, pretendemos ir mais longe, procurando uma releitura da história oficial da 1ª Guerra nos Estados Unidos, através da lente do discurso libertário. O objectivo é, desta forma, compreender, de uma outra perspectiva, a mudança fundamental do paradigma de não intervenção dos Estados Unidos que decorre nesta guerra, ligando-a ao projeto que levaria à criação da Sociedade da Nações e à crescente relevância dos EUA no mundo. Por fim, estabeleceremos, explorando as teses lançadas no livro *A Foreign Policy of Freedom*, uma conexão fundadora entre as políticas de Woodrow Wilson e a política externa dos Estados Unidos ao longo do séc. XX e início do séc. XXI.

### **Palavras chave:**

Ron Paul; 1ª Guerra Mundial; Woodrow Wilson; Libertarianismo; Política Externa

### **Como citar este artigo**

Fonseca, Alexandre M. da (2014). "«War is a rackett». A emergência do discurso libertário sobre a 1ª Guerra Mundial nos Estados Unidos". *JANUS.NET e-journal of International Relations*, Vol. 5, N.º 2, novembro 2014-abril 2015. Consultado [online] em data da última consulta, [observare.ual.pt/janus.net/pt\\_vol5\\_n2\\_art3](http://observare.ual.pt/janus.net/pt_vol5_n2_art3)

**Artigo recebido em 14 de julho de 2014 e aceite para publicação em 15 de outubro de 2014**



**“WAR IS A RACKET!”  
A EMERGÊNCIA DO DISCURSO LIBERTÁRIO SOBRE A 1ª GUERRA  
MUNDIAL NOS ESTADOS UNIDOS**

**Alexandre M. da Fonseca**

*“Possibly a war can be fought for democracy;  
it cannot be fought democratically”*

Walter Lippman

No centenário do início da 1ª Guerra Mundial, muitas iniciativas e “comemorações” foram realizadas com o intuito de lembrar (ou de não deixar esquecer) os horrores desta guerra. Contudo, poucas procuraram ou procuram questionar os fundamentos da “Guerra” e deste conflito em particular. Ron Paul, ex-congressista e candidato Republicano libertário à presidência dos Estados Unidos em 2008 e 2012, é um dos agentes políticos que coloca em causa o discurso, mais ou menos oficial, sobre esta guerra, tida como a “guerra para acabar com todas as guerras” (Butler, 1935:13; Paul, 2007: 367).

No entanto, já em 1935, o General Smedley Butler, que havia participado na campanha da 1ª Guerra – entre muitas outras campanhas<sup>1</sup> - publicou o pequeno panfleto “War is a Racket”<sup>2</sup>. Nele, além de descrever as baterias de guerra daquela que seria a 2ª Grande Guerra Mundial (*Ibid.* :2-3), faz uma das primeiras e principais denúncias ao “complexo industrial-militar”, acusando aqueles que “durante 33 anos o enganaram de modo a servir os interesses das corporações americanas” e que lucra(ram) com o negócio da guerra (Paul, 2011: 82; Fleming, 2003: 42; Keene, 2010: 513).

Longe de procurarmos classificar o General Butler como um libertário, o objectivo deste texto é perceber o que é que se pode identificar como discurso

---

<sup>1</sup> O general participou em muitas ações militares, em Cuba durante a Guerra Hispano-Americana, nas Filipinas durante a Guerra Filipino-Americana, na China, contra a Rebelião dos Boxers, durante as Guerras das Bananas na América Central (Honduras e Nicarágua), na tomada de Veracruz no México (onde recebeu a sua primeira Medalha de Honra do Congresso dos Estados Unidos), na ocupação do Haiti, onde ganhou a sua segunda Medalha de Honra do Congresso. Participou ainda na Primeira Guerra Mundial e novamente na China.

<sup>2</sup> É interessante comparar esta acusação de Butler, com a dos “Indignados” franceses, para quem “la dette c’est du racket”. Ambas acusações poderiam ser rapidamente lidas como “populistas”, no entanto, elas lançam sementes de discussão importantes no que à “Democracia” diz respeito.



libertário sobre a 1ª Guerra Mundial. Assim, numa primeira parte, procuraremos estudar as influências intelectuais de Ron Paul, confrontando-as com as suas posições públicas, a nível doméstico e externo: uma política baseada numa leitura restritiva da Constituição, num governo minimalista, na rejeição de qualquer manipulação do mercado e na defesa de uma “moeda sólida”.

Numa segunda parte, procuraremos analisar o discurso de Ron Paul (2007: 267, 347) sobre a 1ª Guerra, bem como as razões porque é que este afirma que Wilson foi o primeiro presidente norte-americano “neo-conservador”. Segundo Paul (2011: 50; 2007: 75), foi a 1ª intervenção norte-americana que fez o país “descarrilar” de uma política não-intervencionista, de acordo com a visão dos “País Fundadores”, para a função de “polícia do mundo”.

Para o ex-candidato, a verdade é que, desde esse momento, não existiram, na política externa dos EUA, muitas diferenças entre o partido Republicano e Democrata<sup>3</sup>. Talvez por esta honestidade intelectual e pela sua resiliência (ou teimosia)<sup>4</sup>, mas sobretudo pela sua política externa, tenha sido o candidato presidencial que mais apoio e fundos recebeu das Forças Armadas norte-americanas, nas duas campanhas realizadas (Egan, 2011). E, mesmo que se possa rejeitar algumas das suas posições mais “radicais”, os seus argumentos sobre a política externa norte-americana merecem atenção e colocam questões pertinentes sobre os mecanismos “democráticos” que levam um país para a guerra.

### As influências intelectuais de Ron Paul

O ex-congressista foi identificado regularmente como fundador ou inspirador do controverso movimento “Tea Party” (Botelho, 2010: 107). A realidade é, no entanto, bem mais complexa e, apesar de algumas ideias comuns, existem certas questões que fazem Ron Paul divergir fundamentalmente deste movimento<sup>5</sup> – uma delas é, inquestionavelmente, a visão sobre a política externa dos EUA (*Ibid.*: 108; Mead, 2011: 6,7; Benton, 2012; Paul, 2011: 49).

Paul sempre foi, sobretudo, um “animal raro” na política norte-americana, procurando manter uma linha de independência do “establishment” do partido Republicano, votando inclusivamente contra a linha-guia deste em assuntos fundamentais, como o chamado “Patriot Act” ou a guerra no Iraque e no Afeganistão (Botelho, 2011: 108). Porquê?

<sup>3</sup> Embora seja preciso realçar que, após a 1ª Guerra, os EUA reverteram para o tradicional isolacionismo. Entre os factores desta mudança, estiveram a depressão de 1930, “a memória das perdas trágicas da 1ª Guerra”, mas também o inquérito do senador Nye sobre os lucros da Guerra, a publicação do livro *Merchants of Death* e o referido “War Is a Racket” (Fleming, 2003:488). Assim, a posição de Paul não é inteiramente correcta, dado que o “wilsonianismo” não sobrevivia ao Presidente Wilson, que viu a Liga das Nações ser rejeitada pela opinião pública (Fleming, 2003: 477-9; Bagby, 1955: 575; Keene, 2010: 520). Só após a 2ª Guerra, os EUA assumiram então, em pleno, o seu novo papel no Mundo e o bipartidarismo na política externa tornar-se-ia regra.

<sup>4</sup> Paul é mesmo conhecido como o “Dr. No” por votar contra todas as propostas de lei que não sejam explicitamente autorizadas pela Constituição, mas também por manter uma incrível consistência de posições, durante mais de 3 décadas no Congresso (Botelho, 2010: 108).

<sup>5</sup> Apesar do seu filho, Rand Paul, senador pelo Kentucky, ser apontado como a grande figura actual do Tea Party.



Talvez seja útil compreender que intelectuais e políticos influenciaram o pensamento político e económico de Ron para melhor interpretar esta sua independência. Um exercício que o próprio Ron Paul contempla, no livro *End the Fed*, onde descreve as suas influências, relacionando o seu percurso biográfico com as leituras e momentos que moldaram a sua visão do mundo, na qual, ao contrário da doutrina liberal, economia e política são absolutamente inseparáveis.

A Escola Austríaca de economia, da qual von Mises e Hayek são os expoentes maiores, é reconhecida pelo político como a escola dos autores que lhe proporcionaram “as respostas pelas quais ansiava”. Aliás, como o próprio admite, “mesmo os especialistas demoraram literalmente séculos para perceber a natureza do dinheiro” (Paul, 2009: 37). E numa altura em que os EUA se desfizeram do padrão ouro-dólar e sistema de Bretton Woods terminava oficialmente, compreender a natureza do *dinheiro* e da economia revelava-se mais importante do que nunca<sup>6</sup>.

Outro dos economistas que inspiraram Paul foi Murray Rothbard, autor de vários livros sobre a Reserva Federal norte-americana e o papel do Governo na desvalorização do dólar, na criação da depressão de 29 e das bolhas económicas (Paul, 2009: 47). Enfim, a rejeição de qualquer tipo de intervenção do governo é uma das principais questões que une estes economistas, como Mises, que considerava que o “socialismo falha sempre por causa da ausência de um mercado livre que estruture o preço dos bens” (*Ibid.*: 42)<sup>7</sup>.

Contudo, tanto Paul, como a maioria dos economistas da Escola Austríaca, rejeitam a intervenção governamental também no plano político. O essencial, afirma Ruthbard (2011: 11), é o “direito de estar livre de agressão...e de não ser roubado por impostos e regulações governamentais”. Ou, como o próprio Paul afirma, a única filosofia que ele considera correcta é a defesa da “liberdade individual, da propriedade privada e de uma moeda sólida” (*Ibid.*: 49).

### A política externa de Paul

Embora muitas das teorias libertárias possam ser vistas como problemáticas - por exemplo, ao colocar irremediavelmente o Estado como “mau da fita”<sup>8</sup>, negando desta forma séculos da tradição do contracto social - estas podem ser vistos como desafios ao modelo hegemónico de pensar a relação entre Estado e cidadãos.

<sup>6</sup> Como o próprio afirma, foi este acontecimento que o levou a concorrer ao Congresso. (Paul, 2009: 38)

<sup>7</sup> No entanto, ao contrário do consenso majoritário actual em torno do funcionamento do chamado “mercado livre”, Paul (2007: 275) critica profundamente o “lip service...given to the free market and free trade, [while] the entire economy is run by special-interest legislation favoring big business, big labor and, especially, big money.”

<sup>8</sup> Paul era conhecido por ter um cartaz no seu escritório onde se podia ler “Don’t steal. The government hates competition”.



Não pretendemos, nem poderemos neste contexto proceder a uma análise crítica do libertarianismo. O que não podemos deixar de notar é a coerência entre o discurso a nível interno e a política externa de Paul. Como nota H. Rockwell, no prefácio ao livro do ex-congressista, que incluí as suas intervenções no Congresso, *A Foreign Policy of Freedom*, Ron Paul “vincula os assuntos nacionais e internacionais sob o ponto de vista libertário”.

E, de acordo com este último (2008: 28), esta era também a visão dos “Pais Fundadores” que “reconheciam que o Governo não é mais honesto ou competente na política externa do que na política nacional” visto que, “em ambas as instâncias são as mesmas pessoas a operar com os mesmos incentivos”. No entanto, reduzir a suspeição de Paul ao Governo, não seria justo, nem com o próprio político, nem com todas as outras instituições que merecem a sua desconfiança.

Antes de nos adiantarmos, contudo, é importante perceber que o argumento fundamental do ex-congressista é a rejeição do direito do Estado fazer aquilo que os seus cidadãos não podem fazer (Paul, 2013), o que implica necessariamente a rejeição daquilo que Weber apelou “o monopólio *legítimo* da violência” – violência para taxar ou retirar propriedade, para imprimir dinheiro, para agredir fisicamente ou para iniciar guerras (*Ibid.*).

É assim que a filosofia libertária se totaliza, tanto a nível político internacional e interno, como política- e economicamente (Paul, 2012). É necessário, no entanto, não esquecer igualmente a leitura restritiva que Ron Paul faz da Constituição norte-americana e que, segundo este, tem sido desrespeitada, durante quase todo o século XX e XXI, em especial no que às declarações de guerra diz respeito:

*"Instead of seeking congressional approval of the use of the US Armed Forces in service of the UN, presidents from Truman to Clinton have used the UNSC as a substitute for congressional authorization of the deployment of...armed forces"* (Paul, 2007: 145).

*"Citing NATO agreements or UN resolutions as authority for moving troops into war zones should alert us...to the degree to which the rule of law has been undermined. The president has no war power; only the Congress has...When one person can initiate war, by its definition, a republic no longer exists"* (*Ibid.*: 117).

### **A cruzada não-intervencionista contra o “governo mundial”**

*Quid* então processo democrático? Paul foi descrito como um “isolacionista” (Botelho, 2010: 108; Mead, 2011: 6) que rejeita todas as instituições multilaterais nas quais os EUA participam e que procura “evitar contacto com o mundo” (Mead, 2011: 6). Ora, se a rejeição destas instituições é confirmada



pelo próprio (Paul, 2007: 126), a acusação de rejeição de contacto com o mundo, não.

O que Paul defende é aquilo que, mais uma vez, os “Pais Fundadores” pretendiam: “paz, comércio, amizade honesta com todas as nações, alianças com nenhuma”. A recuperação do alerta de Adams: “ela [a América] não vai à procura de monstros para destruir. Ela comandará... pelo simpatia do seu exemplo” (Paul, 2008: 15). Ou, como o próprio conclui: “sou a favor do oposto total do isolacionismo: diplomacia, comércio livre e liberdade de viajar” (*Ibid.*: 14).

Se Paul é um “exemplarista”<sup>9</sup> (Edwards, 2011: 255) que acredita na missão excepcional dos Estados Unidos, não está - ao contrário de muitos políticos - disposto a entrar em guerra por ela. E rejeita, sobretudo, a transferência de soberania nacional para o que Robert Cox apelidou de “nébuleuse” e o ex-congressista apelida de “One-World Government” (Paul, 2007: 222). Afinal, se Paul rejeita, por princípio, o governo, porque é que não rejeitaria “o maior governo de todos, as Nações Unidas, que constantemente ameaça as nossas liberdades e a soberania dos EUA?” (*Ibid.*: 210)<sup>10</sup>

A oposição de Ron Paul não se limita às Nações Unidas, mas a todas as instituições que “ameaçam a independência nacional dos EUA” e cujo apoio provém sempre das “elites e nunca dos cidadãos comuns”, acabando por beneficiar “as corporações internacionais bem conectadas e os banqueiros” (Paul, 2007: 143, 155, 302)<sup>11</sup>. Cumprindo a prédica dos *founding fathers*, Paul opõe-se a todas as alianças complexas “com as Nações Unidas, FMI, Banco Mundial e OMC” (*Ibid.*: 222).

Contudo, a transferência de soberania e o envolvimento em alianças económicas, políticas e militares, contrárias à letra da Constituição, não constituem a sua única objecção à política externa norte-americana. O problema, crê Paul, é que os EUA, concomitantemente ao seu envolvimento na construção do dito “Governo Mundial”, prosseguem uma política de unilateral imperialista, com presença em “140 países e 900 bases” (Paul, 2012) e “ditando...a outras nações soberanas quem deveriam ter como líder... e que forma de governo deveriam estabelecer” (Paul, 2007: 124):

*“Unilateralism within a globalist approach to government is the worst of all choices. It ignores national sovereignty,*

<sup>9</sup> Quer se concorde ou não com a tese do excepcionalismo (dos EUA ou de qualquer outra nação), e apesar de Ron Paul parecer não por em causa esse princípio, a opção por uma missão “exemplarista” (mas não intervencionista) evita a “necessidade” dos EUA se envolverem militarmente noutros países.

<sup>10</sup> Botelho (2010:108) afirma que “O seu (de Paul) liberalismo económico leva-o a advogar a saída dos Estados Unidos não só da Organização Mundial do Comércio como, paradoxalmente, da NAFTA” Contudo para Paul, o que é paradoxal é a existência destas agências que regulamentam o suposto “mercado livre”. Como o próprio afirma: “One-world government goals are anathema to non-intervention and free trade.” (Paul, 2007:222)

<sup>11</sup> Uma crítica semelhante é apontada à ajuda externa. Para Paul (2007:47), por trás de ideais e objectivos nobres são os “ditadores estrangeiros, os banqueiros internacionais e alguns industriais americanos que enriquecem”. Da mesma forma, e em conformidade com os princípios libertários, “ajudar aqueles que procuram ser livres ao expropriar fundos de Americanos inocentes é injustificável” (*Ibid.*: 57).





*dignifies one-world government, and places us in the position of demanding dictatorial powers over the world community... An announced policy of support for globalist government, assuming the...role of world policeman, maintaining an American world empire, while flaunting unilateralism, is a recipe for disaster" (Paul, 2007: 241).*

A esta política Paul dá o nome de "keynesianismo militar" (*Ibid.*: 81), justificado pela presença constante noutros países, pela política de ocupação, de "*nation building*" e de guerra preventiva. Contudo, como o ex-congressista afirma, "fabricar e explodir mísseis e bombas não pode aumentar o nível de vida dos cidadãos americanos" (*Ibid.*: 81). Apesar de poder aumentar o PIB – além de todas as razões morais para se lhe opor<sup>12</sup> – esta política "imperial" cria uma forma de imposto sob todos os cidadãos americanos<sup>13</sup> e, ao tornar onnipresente a guerra, restringe a "possibilidade de viver numa sociedade livre" (Paul, 2011: 49).

### **"The enemy within" - A Reserva Federal e o Complexo industrial-militar**

Quem beneficia afinal com esta política? Porquê e como é que os EUA conseguiram invadir e estar presentes em tantos outros países durante a maior parte do século XX e início do século XXI? Deixando de lado as justificações políticas, tidas como hipócritas pelo ex-congressista (Paul, 2007: 58, 157; 261), que "logística" ou poder permitiu esta construção de um "Império"? Os "culpados", para o político norte-americano são fáceis de encontrar: a Reserva Federal e o "complexo industrial-militar".

#### **a) A Reserva Federal**

Começamos pela primeira, a Reserva Federal, criada em 1913, com o "Federal Reserve Act", assinado pelo Presidente Wilson. De acordo com Ron Paul, "após a criação da Reserva Federal, o governo...descobriu outros usos para a massa monetária elástica<sup>14</sup>...(que) provaria ser útil para financiar a guerra" (Paul, 2009: 52). Tendo a possibilidade de "imprimir dinheiro...os limites fiscais à guerra foram removidos" (*Ibid.*: 52), ou seja, a escolha da teoria económica clássica, entre produzir armas ou manteiga, "deixou de ser necessária" (*Ibid.*: 55; Lewis, 2014).

Sem o medo ou a responsabilidade de bancarrota ou ruína fiscal e com a possibilidade de expandir o dinheiro existente, através de inflação e criação

<sup>12</sup> Para Paul (2007: 82) esta política resulta apenas em que: "Innocent people die, property is destroyed, and the world is made a more dangerous place."

<sup>13</sup> E mundiais, como poderemos posteriormente verificar.

<sup>14</sup> Em inglês, "money supply", isto é, a quantidade de dinheiro disponível na economia. Com a criação da Reserva Federal, foi-lhe outorgada o poder de decidir que quantidade de dinheiro poderia ser disponibilizada na economia, quer encurtando ou aumentando a massa monetária, sem estar condicionado a qualquer forma de "lastro". Daí a sua "elasticidade".



de dívida, “cada *special interest* têm a possibilidade de ter aquilo que quer”. Como discutiremos posteriormente, Paul identifica o presidente Wilson como o grande responsável desta mudança e pela criação de um “welfare-warfare state” (Paul, 2007: 103). No entanto, existe outro monstro que se alimenta deste poder de criar dinheiro a partir de nada.

### **b) O complexo industrial-militar**

Como verificámos anteriormente, é o próprio Gen. Butler (1935: 1-5) que identifica o “complexo industrial-militar”. Para Paul, no entanto, a ligação entre a política externa, com apoio bipartidário (Paul, 2007:13; Cox, 2000: 220; Anderson, 2008: 4) e esta verdadeira indústria, é mais clara. Como o próprio afirma, ao contrário de rejeitar a “procura de monstros no estrangeiro”, “a cada semana, os EUA têm de encontrar um infiel para assassinar...e (assim) manter o complexo industrial-militar a cantarolar” (*Ibid.*: 92; Eland, 2007: 3)

Como com as alianças externas e a Reserva Federal, são os cidadãos comuns que perdem, acredita o libertário, pois também a indústria militar “beneficia de um *standard* de vida melhor à custa dos contribuintes, devido à política intervencionista e de preparação constante para a guerra” (*Ibid.*: 225). Uma indústria na qual até Hollywood está envolvida em “mostrar o lado bom do exército” com dinheiros públicos (Paul, 2007: 155; Wolf, 2012; Giambrone, 2013).

Se para o ex-congressista é claro que a Guerra, como Goebbels avisou, não é lutada com o consentimento do povo, a pergunta a que Paul procura responder é porquê e sobretudo quando é que a política aconselhada pelos “Pais Fundadores” mudou e se permitiu que fosse a “influência corporativa e bancária sobre a política externa a substituir a sabedoria de Washington e Jefferson” (Paul, 2007: 217). Esse momento foi, para o norte-americano, a 1ª Guerra Mundial e a presidência de Woodrow Wilson.

### **E tudo Wilson mudou?**

No livro *A Century of War*, Denson (2006: 11) afirma que, em relação à guerra, “o revisionismo se torna necessário porque a verdade é quase sempre a primeira vítima da guerra”. Na comemoração do centenário da 1ª Guerra Mundial, qual a importância de olhar de outra forma para a primeira “guerra total”? O que mudou com a Presidência Wilson e a participação norte-americana? Quem foi afinal o presidente Wilson? E quais as razões para a entrada na guerra dos EUA?

Através da lente libertária, procuraremos compreender porque é que Ron Paul acusa Wilson de ser o primeiro presidente intervencionista e “neo-conservador” e porque é que, ao contrário do que se acredita convencionalmente, Wilson não é tido como um idealista ingénuo e as aventuras militares norte-americanas guiadas não por princípios morais, mas interesses económicos. Para o libertário, foi também Wilson, com certas





decisões fundamentais, que restringiu as liberdades dos norte-americanos e levou o Estado a crescer a níveis insuportáveis.

A verdade é que, até 1917, o público norte-americano não pretendia uma entrada do país na 1ª Guerra (Keene, 2010: 509; Fleming, 2003: 33). Afinal, essa sempre havia sido a posição americana, desde a doutrina Monroe: evitar a intervenção nos conflitos europeus<sup>15</sup>. O próprio Presidente Wilson, concorrendo às eleições de 1916 com o *slogan* de “manter o país fora da guerra”, hesitou longamente antes de levar os EUA para uma guerra distante (Keene, 2010: 508; Cooper, 2011: 420-2).

Oficialmente, a razão para a entrada na guerra, seria o afundamento do navio Lusitânia em 1915 e a subsequente decisão alemã de guerra submarina contra navios beligerantes e neutrais, em 1917, a gota de água que esgotaria, por fim, a paciência de Wilson. Mas será que esta é toda a história? De que forma pode uma leitura libertária poderá iluminar os buracos negros sobre a 1ª Guerra?

### Wilson - interesses idealistas ou idealismo interesseiro?

Kissinger, no livro *Diplomacy*, revela-se contra o “impulso neo-wilsoniano de moldar a política externa norte-americana mais por valores do que interesses” (Ikenberry, 1999: 56). Ora, para Paul, não há realmente nada de “neo-” nesse impulso, como não foram também os “valores” ou a moral que dominaram a política externa (intervencionista) norte-americana (Paul, 2007: 218). Aliás, o próprio presidente Wilson é, na óptica de Paul, bem mais pragmático do que poderia inicialmente parecer (*Ibid.*: 250, 339; Cox, 2000: 235-6)<sup>16</sup>.

Para o libertário, a visão de Wilson era clara: “orquestrar a entrada dos EUA na 1ª Guerra Mundial...para concretizar a sua estratégia de governo mundial sob a Liga das Nações” (Paul, 2007: 283; Cox, 2000: 237; Anderson, 2008: 4). Paul rejeita a narrativa segundo a qual haveria algo de moralista na sua conduta. A própria “missão” de espalhar a democracia pelo mundo – pela força, se necessário – é classificada, no mínimo, como hipócrita (*Ibid.*: 339; Denson, 2006: 24-5)<sup>17</sup>.

Aliás, antes da 1ª Guerra Mundial, este era o presidente que já tinha “rompido pela América Latina”, invadido o Haiti, o México, a República Dominicana e as Filipinas e iniciado a Guerra Hispano-Americana (Eland, 2007: 14; Hallward, 2004: 27; Paul, 1987: 50; Butler, 1935: 3; Fleming, 2003: 22; 469). Podem todas estas incursões ser realmente justificadas pelo idealismo? Ou existiam outros interesses “bem menos idealistas” (Cox, 2000: 222) que moldaram, a partir de Wilson, a política externa dos EUA?

<sup>15</sup> Mantendo, no entanto, uma “supervisão paternalista” da América Latina (Gilderhus, 2006: 6).

<sup>16</sup> Existem, no entanto, interpretações diferentes, mesmo no sector libertário, do carácter de Wilson. Veja-se, por exemplo, Anderson, 2008: 3 e Denson, 2006: 25.

<sup>17</sup> Tome-se como exemplo a Bélgica que, como afirma Fleming (2003: 60), “era tão democrática como a Alemanha, [pois] tinha um parlamento que...atribuía aos ricos três votos...um sistema similar ao da Prússia”. Por outro lado, o mesmo Fleming (*Ibid.*: 58) nota que, na visão dos países colonizados, como o Congo, a Bélgica (e outras potências coloniais), face às atrocidades cometidas, dificilmente pareceriam democráticas.



E seria próprio Wilson, expoente do liberalismo internacional, visto como fervoroso democrata e internacionalista, afinal um aristocrata elitista com posições racistas e contra a determinação nacional de certos povos (Cooper, 2011: 433, 474; Fleming, 2003: 74)? É esta, baseada também nos relatos do seu biógrafo, a leitura que Michael Cox (2000:235-7) faz do presidente norte-americano:

*"We should... not forget that Wilson did nothing for the Irish or the Chinese at Versailles; that 20 years earlier he had endorsed the brutal American takeover of the Philippines; and that he was not in favour of independence for all peoples, especially if they were brown or black."*

*Wilson had far more in common with the patrician views of...Hamilton and...Madison—neither of whom could...be regarded as genuine democrats—than he did with the populist Jefferson...If Wilson had a restricted concept of democracy...he had forthright views about race".*

### A economia da guerra

O que motivou afinal Wilson na sua cruzada, depois de ter sido reeleito, prometendo não entrar na 1ª Guerra Mundial? A resposta do General Butler é clara: "money". Como refere Denson (2006: 25), corroborado por outros autores (Fleming, 2003: 80-1,84; Cooper, 2011: 421, 426; Keene, 2010: 510), quando os "aliados se recusaram a pagar a sua dívida [de guerra], os EUA estiveram à beira de um desastre económico". Um episódio relado por Butler (1935: 13), no panfleto a que já aludimos, "War is a Racket":

*"The President summoned a group of advisers. The head of the commission spoke. Stripped of its diplomatic language... he told the President and his group:*

*There is no use kidding ourselves any longer. The cause of the allies is lost. We now owe you (American bankers, American munitions makers, American manufacturers, American speculators, American exporters) five or six billion dollars. If we lose (and without the help of the United States we must lose) we, England, France and Italy, cannot pay back this money... and Germany won't."*

Uma Guerra para salvar a democracia ou os banqueiros? Mas os interesses financeiros não foram os únicos a serem privilegiados durante a 1ª Guerra Mundial. C. J. Anderson (2006: 1) e Fleming (2003: 53-4) consideram que,



por exemplo, “a Grã-Bretanha envolveu-se na 1ª Guerra por razões económicas e navais” visto que “a indústria alemã tinha ultrapassado a inglesa, e a armada alemã constituía-se como uma verdadeira ameaça à Armada Real, a última esperança do país de domínio mundial”.

Ron Paul traça igualmente a “obsessão” norte-americana por petróleo à 1ª Guerra Mundial. Para Paul (2007: 218), foi a partir daí, que começou o “envolvimento gradual no panorama internacional com o objectivo de controlar os interesses económicos mundiais, com ênfase especial no petróleo”.

Para o ex-congressista, o “caos” que se verifica no “Médio-Oriente tem muito a ver com segurar os campos de petróleo para o benefício das nações ocidentais” (*Ibid.*: 325). Aliás, numa ironia da história, quando a Grã-Bretanha se apoderou dos campos de petróleo, declarando-se como “libertadora”, “uma *jihad* foi declarada contra estes, forçando-os a sair” (*Ibid.*: 334).

### A primeira guerra da propaganda?

Como foi possível convencer os cidadãos e, em particular, os jovens norte-americanos a combater uma guerra na Europa, longe das suas margens? Como é que uma guerra lutada por interesses económicos que, no final, beneficiou apenas os grandes industrialistas e banqueiros, foi “vendida” aos norte-americanos? Que ameaças ou eventos foram usados para fazer bater as “baterias de guerra” mais forte?

A 1ª Guerra Mundial foi talvez a primeira guerra da propaganda total, na qual agentes como Lippman e Bernay, contratados por Wilson, se revelaram fundamentais em persuadir o grande público do “perigo alemão” (Redfern, 2004: 3; Anse Patrick e Thrall, 2004: 2; Keene, 2010: 510; Fleming, 2003: 55, 90). Outros identificam igualmente os *mass media* emergentes como responsáveis pela campanha de criação desse medo e da “necessidade” dos EUA entrarem em guerra (Anderson, 2008: 2).

No entanto, aqueles que não estavam convencidos da ameaça alemã foram persuadidos pelo afundamento do submarino Lusitânia, o “evento especial, sem o qual seria difícil vender a política de guerra preventiva onde os membros do ‘nosso’ exército seriam mortos”. Eventos que “serviram para promover uma guerra que os nossos líderes pretendiam” (Paul, 2007: 274).

E, se ainda houvesse quem não estivesse convencido, como refere Butler (1935: 9), “bonitos ideais foram pintados aos nossos rapazes enviados para morrer. Esta era ‘a guerra para acabar com todas as guerras’”. Butler menciona igualmente as condecorações de guerra – inexistentes até à guerra Hispano-Americana – “que facilitavam o recrutamento”. Se, porventura, tudo isto não fosse suficiente, os recrutas foram forçados a “sentirem-se envergonhados caso não se alistassem no exército”.

Mas esta foi igualmente a guerra onde o serviço militar obrigatório foi introduzido, pela primeira vez, como “dever patriótico” (Paul, 2011: 34; Paul, 2007: 285). Um serviço que é, aos olhos de Paul, intolerável e um dos maiores



exemplos daquilo que o ex-político nomeia de “ataque devastador de Wilson” (*Ibid.*: 30) às liberdades individuais dos norte-americanos.

### A guerra, “o big government” e a erosão de liberdades – capítulo I

Paul, como outros libertários (Eland, 2007: 5-6,8; Denson, 2006: 25, 99; Anderson, 2008: 4), apontam a presidência de Wilson e, em especial, a 1ª Guerra Mundial, como o primeiro grande momento de crescimento do governo nos Estados Unidos. Foi este o capítulo inicial daquilo que os libertários consideram como o “advento do ‘big government’ permanente” e a sua intrusão nas vidas dos cidadãos norte-americanos.

Pois esta guerra, embora lutada no exterior, levou a uma grande concentração de poder nas mãos de Wilson e governo, que controlou “quase toda a produção de guerra” e “assumiu novos poderes...para controlar a dissidência” (Eland, 2007: 8; Keene, 2010: 508; Cooper, 2011: 451-2, 459-62). Aliás, como o mesmo autor acrescenta, a guerra “reforçou a sua presidência” e que, regra geral, “qualquer guerra centraliza o poder”. Uma consideração partilhada por Denson (2006: 30), que relembra o aviso de Tocqueville sobre os custos da guerra:

*“No protracted war can fail to endanger the freedom of a democratic country...War does not always give over democratic communities to military government, but it must invariably and immeasurably increase the powers of civil government”.*

Imagine-se agora em quantas “guerras não-militares” estão os EUA envolvidos – contra o terrorismo, a droga, a pobreza? Isto não contando obviamente as incursões militares, a preparação de guerra constante e o clima de medo, fomentado por governos e meios de comunicação. Como afirma Paul (1987: 51), “em tempos de guerra, as liberdades individuais encontram-se ameaçadas em casa”.

Embora o termo “liberdades individuais” possa ser considerado como vago, o discurso libertário tem um mérito fundamental. Ao identificar claramente o primeiro passo daquilo que viria a desembocar na guerra com *drones*, nos programas de vigilância massiva, alianças militares e no “Império” americano, e ao pregar uma desconfiança instintiva do governo, relembra-nos qual é o preço da nossa segurança, mas também qual o preço daquilo que tomamos como “liberdades”.

### O desafio do libertarianismo

Neste artigo procurámos assim dar conta de dois fenómenos distintos que se interligam, todavia, na figura do Dr. Ron Paul – a sua candidatura a presidente norte-americano em 2008 e 2012, bem como a imensa campanha que liderou



e desembocou na emergência do libertarianismo como movimento e discurso significativo na política norte-americana.

Se, numa primeira parte, identificámos as linhas teóricas que guiaram a acção e o discurso “pauliano”, na segunda parte deste artigo analisámos a narrativa libertária sobre as políticas de Wilson, com especial atenção à 1ª Guerra Mundial, identificada como o *momento* em que “a República se tornou num Império” e as “sábias” políticas dos *founding fathers* foram ignoradas e repelidas.

Se a retórica libertária pode ser desprezada como populista – contra a Reserva Federal e os banqueiros –, egoísta ou até cínica – por desprezar a ajuda externa e os problemas de outras nações (ou inversamente, até como algo *naïve*, por imaginar que o desaparecimento do Estado implicaria uma “diluição” do Poder e, por isso, uma maior “liberdade”), ela não deixa de ter os seus méritos, sobretudo no que aos direitos civis e, em especial, à política externa diz respeito.

Aliás, se o movimento libertário nos EUA foi identificado com uma certa “Direita”, a verdade é que, na política externa, ela se une a toda aquela Esquerda que rejeita o papel de polícia do Mundo dos Estados Unidos (Edwards, 2011: 266). Apesar de não concordarem necessariamente com qual deveria ser o papel dos EUA no Mundo (e vice-versa), ambos concordam que a missão actual dos EUA é inaceitável e prejudica não apenas os cidadãos norte-americanos, como todos os outros.

É para o movimento global contra a guerra, afinal, que a maior lição de Ron Paul pode ser retirada. Nas suas próprias palavras (2007: 326-7),

*“quem quiser limitar as despesas de Guerra e o militarismo... tem de estudar o sistema monetário, através do qual o(s) governo(s)... financia(m) as suas aventuras no estrangeiro sem a responsabilidade de informar o público dos seus custos ou de recolher os fundos necessários para financiar esse esforço”*

Se para muitos é agora mais fácil compreender as ligações entre os bancos, o governo e a guerra – e também as crises financeiras – uma pequena parte do mérito deve-se a Ron Paul e ao movimento libertário.

Foram também eles que ajudaram a expor o “círculo vicioso” do dólar como moeda-reserva mundial. Dólar que detém a confiança mundial sobretudo devido ao poderio militar dos EUA, ao mesmo tempo que serve para amplificar esse poderio, manipulado pela Reserva Federal, e prejudicando a grande maioria dos cidadãos, criando um “imposto” através da inflação (Paul, 2007: 328), mas especialmente retirando qualquer poder decisório sobre decisões essenciais na vida de todos.

Apesar de Paul rejeitar o modelo democrático e lhe preferir o da República e mesmo rejeitando o cosmopolitismo de um governo mundial, os seus



conselhos podem ser entendidos como uma chamada para uma política mais transparente, feita de ideias e coerência – um modelo que o ex-congressista e ex-candidato presidencial sempre seguiu – enfim, por uma política mais “democrática”, no sentido mais pleno da palavra.

## Referências Bibliográficas

- Anderson, C.J. (2008). “Why I am Voting for Ron Paul: The First World War, Woodrow Wilson and the Death of American Principles”. [Em linha], [Consultado em 09.06.2014]. Disponível em [infowars.net/articles/january2008/140108\\_b\\_Wilson.htm](http://infowars.net/articles/january2008/140108_b_Wilson.htm)
- Anse, Patrick Brian; Thrall, A. Trevor (2004). “Winning the Peace: Paradox and Propaganda after the War in Iraq”, [Em linha], [Consultado em 14.06.2014], Disponível em <http://www-personal.umd.umich.edu/~atthrall/winpeace.pdf>
- Bagby, Wesley M. (1955). “Woodrow Wilson, a Third Term, and the Solemn Referendum”, In *The American Historical Review*, Vol. 60, n.º 3:567-75.
- Benton, Jesse (2012). “Ron Paul and the TEA Party Movement – Can they Help Govern?” [Em linha], [Consultado em 18.06.2014], Disponível em [http://www.kas.de/upload/dokumente/2012/10/121014\\_Benton.pdf](http://www.kas.de/upload/dokumente/2012/10/121014_Benton.pdf).
- Botelho, Teresa (2010). “O novo populismo conservador do movimento Tea Party e as intercalares americanas”, in *Relações Internacionais*, n.º 27:105-114.
- Butler, Smedley (1935). “War Is A Racket”. [Em linha], [Consultado em 10.06.2014] Disponível em <http://www.ratical.org/ratville/CAH/warisaracket.html>
- Cooper, John Milton (2011). *Woodrow Wilson: A Biography*, Nova Iorque: Vintage.
- Cox, Michael (2000). “Wilsonianism Resurgent? The Clinton Administration and the Promotion of Democracy”, in Cox, Michael, Ikenberry, John e Inoguchi, Takashi (eds.), *American Democracy Promotion: Impulses, Strategies, and Impacts*, Oxford: Oxford University Press:218 – 239.
- Denson, John V. (2006). *A Century of war - Lincoln, Wilson, and Roosevelt*, Auburn: The Ludwig von Mises Institute.
- Edwards, Jason A. (2011). “Debating America's Role in the World: Representative Ron Paul's Exceptionalist Jeremiad”, in *American Behavioral Scientist*:253 – 269.
- Egan, Timothy (2011). “Soldiers’ Choice”, in *The Opinionator*, The NY Times. [Em linha], [Consultado em 11.06.2014], Disponível em [http://opinionator.blogs.nytimes.com/2011/12/22/soldierschoice/?\\_php=true&\\_type=blogs&\\_r=0](http://opinionator.blogs.nytimes.com/2011/12/22/soldierschoice/?_php=true&_type=blogs&_r=0)
- Eland, Ivan (2007). “The Empire Has No Clothes: U.S. Foreign Policy Exposed”, The Future of Freedom Foundation.





Fleming, Thomas (2003). *The Illusion of Victory: America in World War I*, Nova Iorque: Basic Books.

Giambrone, Joe (2013). "Hollywood's Imperial Propaganda", in *Counter-Punch*.

Gilderhus, Mark T. (2006). "The Monroe Doctrine: Meanings and Implications". in *Presidential Studies Quarterly*, Vol. 36, nº 1: 5-16.

Ikenberry, John G. (1999). "Why Export Democracy?: The 'Hidden Grand Strategy' of American Foreign Policy", in *The Wilson Quarterly*, Vol. 23, nº 2: 56 – 65.

Keene, Jennifer (2010). "United States in the First World War.", in John Horne (ed.), *A Companion to the First World War*, Oxford: Blackwell Publishing.

Lewis, Nathan (2014). "Book Review: Ron Paul's End the Fed Condenses a Lifetime of Wisdom and Experience", in *Forbes*.

Mead, Russell (2011). "The Tea Party and American Foreign Policy", in *Foreign Policy*.

Paul, Ron (1987). *Freedom Under Siege - The U.S. Constitution After 200 Years*, Lake Johnson: The Foundation for Rational Economics and Education.

Paul, Ron (2007). *A Foreign Policy of Freedom*, Lake Johnson: The Foundation for Rational Economics and Education.

Paul, Ron (2008). *The Revolution: A Manifesto*, Nova Iorque: Grand Central Publishing.

Paul, Ron (2009). *End the FED*, Nova Iorque: Grand Central Publishing.

Paul, Ron (2011). *Liberty Defined: 50 Essential Issues That Affect Our Freedom*, Nova Iorque: Grand Central Publishing.

Paul, Ron (2012). "Ron Paul to Warmongers: Leave Syria Alone!", [Em linha], [Consultado em 17.06.2014], Disponível em <http://www.ronpaul.com/2012-06-19/ron-paul-to-warmongers-leave-syria-alone/>

Paul, Ron (2012). "We Are the Future!", [Em linha], [Consultado em 19.06.2014], Disponível em <http://www.ronpaul.com/2012-08-26/ron-paul-we-are-the-future/>

Paul, Ron (2013). "Non-Interventionism Is an Essential Part of my Philosophy", [Em linha], [Consultado em 19.06.2014], Disponível em <http://www.ronpaul.com/2013-01-27/ron-paul-non-interventionism-is-an-essential-part-of-my-philosophy/>

Redfern, Katrina A. (2004). "War and Propaganda: A Look at How the Two Have Been Inseparable Through Time". [Em linha], [Consultado em 17.06.2014] Disponível em <http://web.stanford.edu/class/e297a/WAR%20PROPAGANDA.htm>.

Whittington, Mark (2012). "Ron Paul Denounces Woodrow Wilson, Fascism at Campaign Rally", in Yahoo News. [Em linha], [Consultado em 06.06.2014]



Disponível em <http://news.yahoo.com/ron-paul-denounces-woodrow-wilson-fascism-campaign-rally-215400477.html>

Wolf, Naomi (2012). "Katy Perry and the military-pop-cultural complex", in *The Guardian*.